



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

Processo(s) N°(s) 71 00365 17

N° Auto de Inspeção
1784596

Data Auto de Inspeção
13/07/2018

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome	MUNICIPIO DE ITAI				CNPJ	46.634.200/0001-05
Logradouro	RUA DA BANDEIRA				Cadastro na CETESB	366-000103-7
Número	Complemento	Bairro	CEP	Município		
1038		CENTRO	18730-000	ITAI		
Atividade Principal	Administração pública em geral					
Bacia Hidrográfica	42 - PARANAPANEMA ALTO		UGRHI	14 - ALTO PARANAPANEMA		

Inspeção realizada por

Patrícia Esther Duarte Lagos

Local da Inspeção

AVENIDA MARIA ARAÚJO PINHEIRO S/Nº. CAPITÃO CEZÁREO ITAI

Objetivo da Inspeção

Atendimento ao Processo n.º 16075/2017-27.

Constatações

Nesta data vistoriamos a área situada à margem do reservatório Jurumirim, junto à cerca da Estação de Tratamento de Esgotos da SABESP, onde a municipalidade pretende implantar estruturas do sistema de drenagem de águas pluviais e constatamos que a mesma está ocupada por vegetação em estágio pioneiro de regeneração. O vizinho escavou um canal para drenagem que deverá ser analisado por esta área técnica com consultas à Carta do IGC e imagens aéreas, a fim de verificar a existência de curso hídrico com sua respectiva APP.

Considerações: relatório fotográfico em anexo. Processo Digital n.º 016075/2017-27.

A Prefeitura Municipal de Itatinga solicitou Autorização para intervenção em área de preservação permanente apresentando os seguintes documentos:

- SD (págs. 2-4);
- Documento denominado `comprovante de isenção` (pág. 5);
- Certidão da área emitida pelo Oficial de Registro de Imóveis de Avaré (pág. 6);
- Documentos do representante legal da municipalidade (págs. 7-8);
- Termo de posse (pág. 9-10);
- Croqui de acesso e roteiro de localização (págs. 11-13);
- Certidão de uso do solo n.º 259/2017 de 22/09/2017 (pág. 14);
- Planta planialtimétrica (pág. 15);
- ART n.º 28027230172529528 (págs. 17-18);
- Manifestação técnica do órgão ambiental 16/2016 de 21/09/2017 (pág. 21);
- Procuração (pág. 29);
- Laudo de caracterização da vegetação (págs. 38-47) informando que a área está coberta por vegetação em estágio inicial de regeneração, entretanto os atributos descritos, bem como as fotografias apresentadas indicam se tratar de área coberta por vegetação em estágio pioneiro de regeneração;
- ART n.º 28027230172521675 (págs. 48-49); e
- Projeto de compensação (págs. 50-58).

Em 03/10/2017 foi solicitada complementação de documentos por meio da Carta n.º 510/2017/CMA (págs. 63-65).



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

Processo(s) N°(s) 71 00365 17

N° Auto de Inspeção
1784596

Data Auto de Inspeção
13/07/2018

Em 06/11/2017 foram apresentados os seguintes documentos:

- Laudo de caracterização da vegetação revisado e retificado, informando se tratar de intervenção em 130m² de área de preservação permanente coberta por vegetação secundária em estágio pioneiro de regeneração (págs. 69-89);
- Ofício n.º 57/2017 de 30/10/2017 contendo esclarecimentos (págs. 90-91);
- Croqui do projeto de drenagem (pág. 92);
- Manifestação da CTG Brasil de 24/11/2017 (págs. 96-98) em que a concessionária do reservatório Jurumirim anui com a implantação da estrutura de drenagem.

Na vistoria de 13/07/2018 constatou-se que a área objeto da intervenção está coberta por vegetação exótica (gramínea) em estágio pioneiro de regeneração. Na propriedade vizinha há um fragmento de vegetação que não poderá de forma alguma sofrer qualquer intervenção na ocasião da realização da obra.

Em análise à carta do IGC e imagens aéreas verificou-se que a água escoando da área vizinha é oriunda da própria dinâmica do reservatório, conforme figura constante no relatório fotográfico - carta do IGC sobreposta a ortofoto de 2010. Não foram identificados outros cursos hídricos exceto o próprio reservatório Jurumirim naquele local.

A solicitação é passível de deferimento pois se trata de obra de utilidade pública (artigo 8º da Lei n.º 12.651/2012 e suas alterações) conforme definição do item VIII do artigo 3º da mesma lei.

No tocante à compensação, o § 2º do artigo 6º da Resolução SMA n.º 7/2017 dispensa de compensação ambiental as intervenções em Áreas de Preservação Permanente desprovidas de vegetação ou recobertas por vegetação pioneira ou exótica para a implantação de obras de saneamento, cujo licenciamento não dependa da apresentação de avaliação de impacto ambiental, onde se enquadra o presente caso.

Continuidade: proponho o deferimento da Autorização pleiteada pelo Município de Itai conforme Minuta elaborada no Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGAM.

Ao Senhor Gerente da CMA, para apreciação e continuidade.